

|  |            |
|--|------------|
| <b>Apresentação .....</b>  | <b>6</b>   |
| <b>APA DO RIBEIRÃO PIANCÓ (ANÁPOLIS/GOIÁS): ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA DO IPM PROVINDO DO ICMS ECOLÓGICO</b>   |            |
| <b>Eumar Evangelista de Menezes Júnior, Ana Clara Fernandes Natal, Eduarda Sulino Pinto Pereira, Ieda de Paula Teixeira e Liandra Rosa Cardoso .....</b> | <b>8</b>   |
| <b>ATORES LOCAIS E PODER CENTRAL: A HERANÇA COLONIAL E O CASO DO MÉXICO*</b>   |            |
| <b>Horst Pietschmann.....</b>  | <b>22</b>  |
| <b>DEMOCRACIA LEGISLATIVA: PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL .....</b>  | <b>50</b>  |
| <b>Breno Vinicius de Góis, Aline Estevam Carvalho, Douglas Matias Marinho de Medeiros e Isadora Christine de Paula Almeida.....</b>                      | <b>50</b>  |
| <b>A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 10 DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS</b>  |            |
| <b>Fernando Machado Souza e Jhonatan Neres dos Santos da Silva.....</b>  | <b>66</b>  |
| <b>A PANDEMIA DE COVID-19 COMO EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE NA INEXECUÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS</b>   |            |
| <b>Thais Bazzaneze e Acidy Martins de Castro Junior.....</b>   | <b>84</b>  |
| <b>O PROCESSO DE ADEQUAÇÃO À LGPD: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO</b>   |            |
| <b>Maria Luiza Firmiano Teixeira e Pollyana Esteves dos Reis Moreira .....</b>   | <b>95</b>  |
| <b>A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO BASEADA NA ÉTICA E NA MORAL KELSENIANA</b>  |            |
| <b>Ana Paula da Silva Nascimento e Bianor Saraiva Nogueira Júnior.....</b>   | <b>108</b> |

## APRESENTAÇÃO

A cada nova edição da Revista da ESDM, nosso objetivo é impulsionar o aprimoramento dos estudos no campo do Direito, com foco especial no Direito Público Municipal. Desde 2015, mantemos uma publicação semestral contínua, buscando oferecer um espaço dedicado ao debate acadêmico e à disseminação do conhecimento científico.

Com acesso livre imediato ao seu conteúdo, a Revista segue o princípio de disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público. Vale ressaltar que a Revista foi qualificada como B3 pela CAPES, atestando seu rigor e relevância acadêmica.

Nesta edição número 18, com a presença de autores mestres e doutores, apresentamos sete artigos elaborados por procuradores municipais, professores e pesquisadores renomados. A diversidade de temas e contribuições enriquece o debate e fortalece o compromisso da Revista com a excelência acadêmica e a inovação no campo do Direito Público Municipal.

A edição inicia com o texto “APA do Ribeirão Piancó (Anápolis/Goiás): análise qualitativa do IPM provindo do ICMS Ecológico”, de *Eumar Evangelista de Menezes Júnior, Ana Clara Fernandes Natal, Eduarda Sulino Pinto Pereira, Ieda de Paula Teixeira e Liandra Rosa Cardoso (GO, Brasil)*. Os autores exploram a integralização entre o governo, o meio ambiente e a sociedade, por meio do ICMS-E na Área de Proteção Ambiental do Ribeirão Piancó. O estudo destaca ações voltadas para a sustentabilidade ambiental que podem servir como referência para outros estados e municípios, contribuindo para a promoção de práticas ambientalmente responsáveis em diferentes contextos.

Na sequência, “Atores Locais e Poder Central: a herança colonial e o caso do México”, de autoria do professor emérito da Universidade de Hamburgo *Horst Pietschmann (Alemanha)*, examina a relação entre atores locais e o poder central, com foco na herança colonial e seu impacto no México. Através da tradução de Denis Guilherme Rolla e da revisão de Alfredo de J. Flores, Pietschmann analisa as rebeliões que se destacam pela sua abrangência espacial e articulação de reivindicações políticas dentro do contexto jurídico-institucional da época, investigando como esse cenário se transformou após a Independência.

Para falar sobre o distanciamento crescente entre cidadãos e seus representantes eleitos, investigando os mecanismos de fortalecimento da participação popular na Câmara Municipal de Mossoró, a edição traz o texto de *Breno Vinícius de Góis (RN, Brasil), Aline Estevam Carvalho (CE, Brasil), Douglas Matias Marinho de Medeiros e Isadora Christine de Paula Almeida (RN, Brasil)*. Por intermédio da análise do processo legislativo, o estudo “Democracia Legislativa: participação popular no Processo Legislativo Municipal” revela a presença de instrumentos típicos e atípicos de participação popular, embora tenham sido identificadas lacunas que requerem atenção para um maior engajamento cívico.

Abordando as alterações trazidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos no contexto das contratações públicas, *Fernando Machado Souza e Jhonatan Neres dos Santos da Silva (MS, Brasil)* realizam a análise intitulada “A Inconstitucionalidade do artigo 10 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”. O texto discute, de forma descritiva, a inconstitucionalidade da disposição que permite a defesa dos agentes públicos pela Advocacia Pública, apontando para a invasão de competências dos demais entes federativos.

Em seguida, a edição prossegue com o artigo “A Pandemia de Covid-19 como excludente de responsabilidade na inexecução de contratos administrativos”, elaborado por *Thais Bazzaneze e Acidy Martins de Castro Junior (PR, Brasil)*. O trabalho oferece uma reflexão sobre o impacto da pandemia nos contratos administrativos, além de discutir sobre a possibilidade de responsabilização das empresas em casos de inadimplemento contratual, gerando reflexões diante dos desafios enfrentados durante o período excepcional.

*Maria Luiza Firmiano Teixeira e Pollyana Esteves dos Reis Moreira (MG, Brasil)* apresentam “O Processo de Adequação à LGPD: o caso de uma instituição federal de ensino”. O artigo apresenta um estudo de caso da instituição de ensino federal, multicampi, do interior de Minas Gerais e oferece um guia do processo de adequação às regras da Lei Geral de Proteção de Dados, desde a nomeação do encarregado até a formação da comissão de tratamento de dados. Além disso, as autoras relatam as dificuldades encontradas durante a implementação do plano de conformidade, oferecendo uma visão abrangente e prática das etapas envolvidas na conformidade com a LGPD.

Fechando a edição, o artigo “A proteção dos animais de estimação baseada na ética e na moral Kelseniana” propõe uma reflexão sobre a aplicação das teorias de Hans Kelsen para promover uma tutela mais eficaz e responsável dos animais de estimação por parte de seus tutores. *Ana Paula da Silva Nascimento e Bianor Saraiva Nogueira Júnior (AM, Brasil)* exploram a relevância de estabelecer normas que regulem a responsabilidade do tutor em relação aos seus animais, destacando o interesse social em evitar o abandono desses animais em espaços públicos ou privados, bem como em qualquer outro ambiente.

Com a publicação da edição, esperamos que esta obra possa contribuir para a visibilidade e fortalecimento da pesquisa e do desenvolvimento científico, promovendo o diálogo e estabelecendo conexões com o campo do Direito Municipal e áreas afins do Direito Público.

Atualmente, a *Revista da ESDM* está indexada nas seguintes bases de dados, que cooperam na divulgação do material: LATINDEX; Base de dados da Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional - RVBI; Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org); Diadorim.

Nossos agradecimentos aos que contribuíram com mais esta edição. Aos autores que submeteram seus trabalhos e aos pareceristas pela significativa colaboração prestada.

Aos leitores, em nome de todos os autores, desejamos uma boa leitura.

**Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira**  
Diretora Editorial da Revista da ESDM  
Procuradora Municipal de Porto Alegre